



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História

Cardoso, Michele Gonçalves; Campos, Emerson César de
Os processos migratórios do sul catarinense na perspectiva do Pe João
Leonir Dall'Alba: operação discursiva e a mobilização de conceitos

Revista História : Debates e Tendências (Online),
vol. 20, núm. 1, 2020, Janeiro-Abril, pp. 119-135

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10415>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464578009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Os processos migratórios do sul catarinense na perspectiva do Pe João Leonir

Dall'Alba: operação discursiva e a mobilização de conceitos

**The migratory processes of southern Santa Catarina from the perspective of
Fr João Leonir Dall'Alba: discursive operation and the concepts mobilization**

**Los procesos migratorios del sur de Santa Catarina desde la perspectiva del P.
João Leonir Dall'Alba: operación discursiva y movilización de conceptos**

Michele Gonçalves Cardosoⁱ
Emerson César de Camposⁱⁱ

Resumo: O presente artigo objetiva analisar os principais conceitos que fundamentam a operação discursiva do padre João Leonir Dall'Alba: imigração, colonização, catolicismo, pioneirismo e etnicidade. Entendendo a importância de manter a historicidade dos conceitos, verificando sua relação com seu contexto de produção e do momento em que são mobilizados, revisitamos algumas obras publicadas pelo sacerdote, especialmente aquelas que narram os processos migratórios desenvolvidos no sul catarinense. Desse modo, entendendo o religioso como um intelectual mediador, foi possível perceber as redes pelas quais o clérigo circulava, seus interesses e como suas narrativas continuam reverberando no tempo presente.

Palavras-chave: Conceitos. Intelectual mediador. João Leonir Dall'Alba.

Abstract: This article aims to analyze the main concepts that base the discursive operation of Father João Leonir Dall'Alba: immigration, colonization, Catholicism, pioneering and ethnicity. Understanding the importance of maintaining the historicity of the concepts, checking their relationship with their production context and the moment they are mobilized, we revisit some books published by the priest, especially those that narrate the migratory processes developed in southern Santa Catarina. Thus, understanding the religious as a mediating intellectual, it was possible to perceive the networks through which the cleric circulated, his interests, and how his narratives continue to reverberate in the present time.

Keywords: Concepts. Intellectual mediator. João Leonir Dall'Alba.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los conceptos principales que subyacen a la operación discursiva del padre João Leonir Dall'Alba: inmigración, colonización, catolicismo, pionerismo y etnicidad. Al comprender la importancia de apegarse a la historicidad de los conceptos, verificar su relación con su contexto de producción y el momento en que se movilizan, revisamos algunos trabajos publicados por el sacerdote, especialmente aquellos que narran los procesos migratorios desarrollados en el sur de Santa Catarina. Así, entendiendo el religioso como intelectual mediador, fue posible percibir las redes a través de las cuales circulaba el clérigo, sus intereses y cómo sus

narrativas continúan reverberando en el tiempo presente.

Palabras clave: Conceptos. Intelectual Mediador. João Leonir Dall’Alba.

O presente artigo objetiva analisar as práticas discursivas – especialmente no que diz respeito às formas de mobilização de conceitos – presentes nas obras do padre João Leonir Dall’Alba. O sacerdote vinculado à Congregação de São José – Josefinos de Murialdo, desenvolveu suas atividades religiosas e profissionais em diversas cidades: Orleans-SC, Viterbo, na Itália, Araranguá-SC, Napo, no Equador, Belém do Pará-PA e Caxias do Sul-RS, cidade em que nasceu e faleceu entre os anos de 1938 e 2006. Sua formação operou-se entre as atividades religiosas e acadêmicas, sendo autor de 22 livros, a grande maioria dedicada à temática da migração. Para este artigo, analisamos especialmente as publicações que se referem às migrações europeias para o sul de Santa Catarina, ocorridas no final do século XIX.

Mobilizamos algumas obras objetivando perceber como Dall’Alba tornou-se uma voz autorizada na região e, principalmente, como os conceitos que o autor utilizou continuam reverberando e reproduzindo certa concepção. Dall’Alba inicia suas publicações na década de 1970, sendo que os municípios estudados pelo sacerdote não dispunham, até então, de obras de cunho histórico. Assim, as primeiras narrativas sobre os processos migratórios da região resultam dos estudos e publicações de Dall’Alba e, portanto, muitos dos conceitos mobilizados por ele continuam sendo reproduzidos em outras publicações, assim como em eventos comemorativos e em espaços museais.

Desse modo, buscamos observar o emprego dos conceitos de *imigração*, *colonização*, *catolicismo*, *pioneerismo* e *etnicidade*, percebendo os contornos dados a eles por Dall’Alba, já que não são instrumentalizados de modo aleatório ou ingênuo. Em concordância com as observações de Reinhart Koselleck (1992) sobre o uso de conceitos, é importante nos ater à historicidade do conceito, relacionada a seu contexto de produção e ao momento em que são mobilizados, visto que seus usos correspondem a interesses políticos e sociais. Nessa proposição, ousamos observar as temporalidades presentes nos conceitos já mencionados, analisando mais atentamente como a revisitação dos conceitos auxilia na construção de uma narrativa, que em muitos aspectos tornou-se fundante (ORLANDI, 2001).

Nessa perspectiva, para melhor compreender Dall’Alba e suas obras, estabelecemos um diálogo com as autoras Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016), entendendo que a definição dada por elas à noção de *intelectual mediador*

é de extrema valia para a compreensão e análise do percurso de Dall’Alba, já que essa noção colabora para a promoção de debates que integrem as noções de *intelectuais, mediação cultural e projetos políticos*, temas que compreendemos ser caros para a biografia de Dall’Alba.

O sacerdote empenhou-se na produção de novas edições de obras antigas, na tradução de livros, na compilação e publicação de diários, na escrita de livros fundamentados integral ou parcialmente em fontes orais, na constituição de acervos baseados em documentos escritos ou tridimensionais, na produção de concursos culturais, e ainda na difusão de revistas compostas por textos de seus/suas alunos/as. Essas ações, tomadas individual ou coletivamente, eram entendidas pelo sacerdote como fundamentais para a preservação, manutenção e valorização de aspectos históricos do sul catarinense, especialmente aqueles vinculados às migrações europeias. Em vista disso, podemos considerar Dall’Alba como produtor, coletor e difusor de bens culturais, o que o aproximaria da definição de *intelectual mediador*.

As redes pelas quais circulava contribuíam para a legitimação e sustentação econômica de seus projetos – redes acadêmicas, religiosas e políticas, sendo que essas ações e esses indivíduos estavam inseridos em determinado contexto, que, mesmo não sendo limitador, pautavam algumas perspectivas com as quais os agentes envolvidos dialogavam. Nesse contexto ampliado, percebemos a execução de diversos projetos políticos que, ao exigirem uma postura dos indivíduos – de adesão, de negociação ou de resistência –, criaram e legitimaram discursos, sendo divulgados em diferentes meios e contextos de recepção.

Em meio a esses processos, entende-se ser possível perceber a atuação dos intelectuais mediadores. Ao tentar mapear as redes tecidas, conseguimos entrever a circulação – de pessoas e de ideias – desses agentes por diferentes espaços, além de observar o diálogo estabelecido com variados projetos políticos, que tanto determinam quanto promovem ações. Nessa clave de observação, é possível distinguir o trabalho desses intelectuais em duas categorias: criador e mediador.

Num esforço para evitar qualquer forma de hierarquização, Gomes e Hansen (2016) identificam algumas ações que sustentariam esses dois perfis: o intelectual criador seria o responsável pela produção de bens culturais, relacionados com uma perspectiva inovadora, considerada de vanguarda; já os intelectuais mediadores estariam comprometidos com o acesso e a recepção dos bens culturais, trabalhando principalmente em sua divulgação. Essa distinção, apenas operacional, é bastante fluida, possibilitando que determinado indivíduo exerça as duas funções. E é nessa dupla inscrição – criador e

mediador – que pretendemos situar os trabalhos de Dall’Alba.

A atuação do clérigo como mediador pode ser facilmente percebida no exercício da docência. Para além dessa atividade, a mediação também ocorria nas publicações em que o sacerdote realizava traduções ou transcrições de documentos. Essas transcrições visavam divulgar a documentação referida, cujo acesso, por vezes, era difícil para os moradores do sul catarinense. As publicações que se dedicavam unicamente à transcrição de documentos eram classificadas pelo autor como *Documentário*.

Outras ações do religioso josefino se encontram na intersecção entre o criador e o mediador. A organização de museus e de arquivos, por exemplo, demonstra esse duplo movimento, na medida em que o procedimento de coleta (descarte), as escolhas para a composição do acervo, assim como a perspectiva expográfica denotam a criação de um inventário cultural. Por meio da criação dessas instituições, os objetos organizados em exposições, geralmente permanentes, chegam a um público diversificado, cumprindo o papel de mediadores. Nessa mediação, os objetos auxiliam na construção de uma narrativa, no caso específico sobre os processos de colonização notadamente italianos. Nessa narrativa, a “reconstituição” dos processos de colonização é pautada em alguns elementos, como o catolicismo, o trabalho e a ideia de progresso.

Essa trilogia, tão presente nas atividades de Dall’Alba, demonstra a maleabilidade entre as ações criadoras e difusoras de suas produções. Elemento observável dessa fluência entre os papéis desempenhados está na tradução do livro *Coloni e Missionari Italiani nelle foreste del Brasile*, escrito pelo padre Luigi Marzano e publicada em 1904. Podemos inferir que a obra do sacerdote italiano foi uma das primeiras publicações sobre o sul catarinense a que Dall’Alba teve acesso. Referências diretas e indiretas ao livro de Marzano são encontradas na primeira obra publicada por Pe. João, que, além de se inspirar na narrativa produzida no início do século XX, decidiu realizar sua tradução, que foi publicada em 1985 pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceira com a Prefeitura Municipal de Urussanga.

Situando brevemente o autor e a obra, o padre Luigi Marzano partiu da Itália em 1899 rumo à colônia de Urussanga, fundada no sul catarinense em 1878. Seu projeto missionário estava integrado à chamada Missão de Turim,ⁱⁱⁱ cujas diretrizes extrapolavam o atendimento espiritual, pois entendiam que a manutenção dos laços com a pátria italiana era fundamental, sendo a língua um importante vínculo desse pertencimento. No período em que permaneceu em Urussanga, Marzano escreveu um diário de viagem, posteriormente publicado na Itália. Dall’Alba creditava à narrativa de Marzano um relato que,

contemporâneo aos fatos, permitiria um entendimento legítimo dos acontecimentos no período de colonização.

A tradução do livro foi fundamental para a operação discursiva do próprio Dall’Alba, que cunhou sua primeira interpretação sobre os processos migratórios do sul catarinense sugestionado pelo olhar do sacerdote Luigi Marzano. Desse modo, o trabalho de mediador, realizado a partir da tradução da obra,^{iv} fundiu-se com as percepções do criador, o que reverberou em suas futuras publicações, demonstrando a indissociabilidade desses processos.

Neste artigo, buscamos investigar com mais atenção o trabalho de Dall’Alba como intelectual criador, nesse caso específico, como autor, pois é por meio dessa atividade que, na proposição de Gomes e Hansen (2016), as intenções e os projetos políticos, nos quais se envolvem esses indivíduos, podem ser melhor analisados. Importante relembrar que a formação do religioso se operou pelos recursos acumulados por meio da carreira religiosa e das formações acadêmicas. E é na confluência entre esses dois espaços – e imerso nas redes que produzem – que ocorreu o processo de acúmulo de autoridade e legitimação de seu papel como intelectual mediador.

Em sua carreira, Pe. João se dedicou especialmente a pesquisar os processos de colonização desenvolvidos em cidades do sul catarinense, na região serrana do Rio Grande do Sul e, até mesmo, na região amazônica do Equador. A temática privilegiada possuía um suporte basal bastante semelhante, mesmo em referência a lugares e processos tão diversos. O pioneirismo, a etnicidade e o catolicismo configuravam a principal base do esquema narrativo do clérigo, base que estava de acordo com diversos projetos políticos difundidos nas décadas de 1970 e 1980.

Localmente, no sul do Estado, a conjugação dessas características basais contribuiu para a aproximação e circulação do sacerdote em determinados grupos políticos. Próximo das elites locais, majoritariamente compostas por descendentes de imigrantes, Pe. João buscou construir narrativas que evidenciassem a “saga” vitoriosa dos colonizadores. Tal projeto tinha por base ressaltar certo pioneirismo, enfatizando a coragem dos imigrantes e a superação das dificuldades impostas pelas “florestas brasileiras”. Essa trajetória vitoriosa consagra o passado, mas também legitima a ocupação de determinados lugares – políticos, especialmente – por seus/suas descendentes no tempo presente.

Além da ênfase às famílias dos imigrantes, das intempéries cotidianas e do discurso civilizatório, a narrativa também é pautada na religiosidade, sendo esta entendida como cimento agregador das novas colônias. Como sacerdote, evidentemente, sua narrativa

enfatizou a presença católica nos núcleos e o protagonismo dos clérigos nesse período. Para o autor, a religião unia a comunidade em torno dos mesmos valores, sendo ainda o principal alento nos dias de saudade da pátria de origem e dos familiares que por lá ficaram.

Apesar de o catolicismo aparecer como uma característica englobante de todos os grupos étnicos, a ênfase à fé dos imigrantes italianos é claramente evidenciada. O catolicismo de contornos étnicos contemplava sua própria posição na comunidade – padre e descendente de italianos/as –, demarcando aproximações e afastamentos com “outros catolicismos”, como aqueles vinculados a características germânicas e portuguesas.

Claramente esse esquema narrativo pautado no binômio fé/italianidade não é exclusividade desse religioso. A revisitação da trajetória dos imigrantes italianos foi largamente debatida na esteira das comemorações do centenário da imigração italiana em Santa Catarina, em 1975. Na ocasião, podemos perceber um processo de revitalização do interesse pela origem italiana em diversas comunidades do estado.

Motivadas pelas diferentes possibilidades de mobilização da italianidade, muitas cidades catarinenses promoveram festividades que visavam ressaltar o êxito das imigrações italianas para o estado. É nesse processo comemorativo que diversos marcadores identitários são fixados, fundamentalmente em contraste com o “outro” (o brasileiro, o alemão, o polonês, etc.). Esse movimento de retomada da cultura italiana promoveu, no sul do Estado, um maciço investimento no marketing turístico, respaldado por autoridades locais. Aliados ao surgimento de associações italianas, podemos inferir que a busca pela dupla cidadania refletia a oficialização dessa italianidade (SAVOLDI, 1998).

Em meio às ações promovidas pelas comemorações do centenário de imigração italiana em Santa Catarina, Dall’Alba ganhava legitimidade para narrar os processos de colonização no sul do estado. Nesse período, os contornos do discurso de italianidade estavam sendo atribuídos e fixados pelos detentores do poder da fala autorizada, sendo que “[...] a eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 116), e, certamente, Dall’Alba se constituiu como um importante enunciador, sendo suas falas e seus ecos investidos de legitimidade e de autoridade.

Visando a materializar esse discurso produzido, Dall’Alba contou com diversos parceiros que apoiavam seus projetos, principalmente suas publicações, estabelecendo parcerias com vários municípios da região. Mas, para efetivar de fato suas publicações, o clérigo contava com uma importante parceria, a editora catarinense Lunardelli, que, nesse período, publicou dezenas de obras de cunho identitário/étnico no estado.

Entre os contatos estabelecidos para suas publicações, podemos evidenciar aqueles proporcionados pelo universo acadêmico, pois a própria Lunardelli publicou diversos livros de Dall’Alba em parceria com editoras universitárias, sendo as principais parceiras a UFSC, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS). O respaldo das editoras universitárias contribuiu sobremaneira para a expansão e legitimação das publicações de Dall’Alba. É possível que sua chegada ao setor editorial tenha ocorrido a partir da premiação recebida por seu primeiro livro, *Pioneiros nas terras dos condes* (1971). A obra foi premiada no concurso História dos Municípios, promovido pelo Departamento de Cultura de Santa Catarina. Vale mencionar que esta foi a primeira obra de caráter histórico de Dall’Alba, tendo sido resultado de monografia do curso de Letras apresentada à Universidade Medianeira de São Paulo.

A premiação de *Pioneiros nas terras dos condes* certamente foi um incentivo ao sacerdote, que passou, desde então, a fazer as vezes de historiador local. E, no impulso da publicação dessa primeira obra, começou a escrever sua continuação, posteriormente publicada com o título *O Vale do Braço do Norte*, em 1973. Essa foi a primeira edição do próprio autor – sem editora –, que contou com o patrocínio de diversos municípios contemplados pela pesquisa.

Para além das escolhas do sacerdote, pautadas pelos trâmites com as editoras, com a Congregação dos Josefinos e com os patrocinadores, Dall’Alba também era motivado pelo contexto comemorativo vivenciado no sul catarinense. Entre a década de 1970 e início de 1980, diversos municípios comemoraram seus centenários de fundação, momento oportuno para o lançamento de obras que buscassem publicizar, valorizar e difundir uma determinada narrativa sobre os processos migratórios. Inspirado pelo contexto estadual e local, o clérigo passou a compilar suas pesquisas por meio de diferentes estruturas narrativas – documentários, transcrição de entrevistas, traduções e até mesmo museus.

Imerso nesse cenário, Pe. João foi se consolidando como um dos principais autores do sul catarinense. Sua primeira obra, *Pioneiros nas terras dos condes*, não marcou somente o ingresso do religioso no rol de autores catarinenses, mas inaugurou uma estrutura narrativa sobre os processos migratórios da região sul, particularmente marcada por uma perspectiva étnica. Em sua obra publicada em 1971, o autor não menciona o termo etnia, mas, ao delimitar as características de cada grupo colonizador, procurou estabelecer fronteiras étnicas entre eles.

As fronteiras entre os grupos étnicos são cunhadas por processos dialógicos entre a comunidade representada e o produtor desses discursos, pois, por ser a etnicidade um

sistema de classificação social fundamentado na ideia de pertença, a valorização de determinadas diferenciações, sejam físicas, sejam culturais ou psicológicas, são constituídas fundamentalmente de modo relacional com outros grupos. Os signos culturais constituídos são flutuantes, instáveis, sendo constantemente construídos numa relação dicotômica *nós/eles*, nas quais os atores se identificam e são identificados num duplo movimento (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). As fronteiras entre os grupos são fluidas, fundamentadas na construção e reconstrução de símbolos e emblemas. Esses são formados no exercício de definição e autodefinição, numa relação dialética entre definições endógenas e exógenas, o “que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição” (idem, ibidem, 2011, p. 142).

Partindo sempre desse exercício *nós/eles*, Dall’Alba consolidou seu texto, baseado em testemunhos orais, objetivando dar contornos para os grupos étnicos nomeados por ele, como: italiano, alemães, poloneses, letos, nacionais e índios. A ossatura da narrativa estava pautada nas práticas cotidianas do período migratório, suas permanências, as expressões religiosas e as expectativas – frustradas, em grande parte – da chegada ao Brasil. Apesar do aparente exercício de aproximação entre os grupos, o mote principal da narrativa estava pautado na constituição de diferenças.

O esforço em diferenciar cada grupo, por sua vez, não se limitava à descrição dos diferentes idiomas, das práticas alimentares ou das técnicas agrícolas; a demarcação das diferenças estava na própria nomeação daqueles que foram representados em seu texto. Para o clérigo, pessoas de origem portuguesa eram chamadas de nacionais, sendo considerados os primeiros habitantes de grande parte da região sul, ocupação que seria resultado de constantes migrações internas ocorridas ao longo dos anos.

Apesar de documentos, como os registros de terras, indicarem a presença desse grupo antes mesmo da fundação dos núcleos coloniais, Dall’Alba não atribuiu nenhum pioneirismo aos chamados nacionais, mesmo porque, palavras como *pioneiros*, *migração*, *colonização* e *etnicidade* foram trazidas à baila no período e estavam sendo mobilizadas de modo bastante particular em Santa Catarina, nem sempre em consonância com seus significados no dicionário, mas sim com determinados usos simbólicos e/ou políticos. *Pioneiro*, por exemplo, não traduziria somente aquele que primeiro chegou a determinado local; o termo seria envolto por uma mística invocadora de bravura, de heroísmo, de civilização e, principalmente, de progresso. Atributos que, segundo o autor, inexistiam aos nacionais, visto que a distância temporal dessas migrações e seus constantes deslocamentos teriam prejudicado sua própria concepção de grupo, impossibilitando a observação de

características “inatas” e, por consequência, suas contribuições para o sul catarinense.

É interessante observar nas entrevistas de Dall’Alba como a ocupação sul catarinense foi entendida pelo autor e por muitos de seus/suas entrevistados/as. Apesar de enfatizar, em seus livros, que o território já era ocupado quando da chegada dos imigrantes em fins do século XIX (por indígenas e não indígenas), o clérigo segue afirmando que as famílias pioneiras de determinada cidade são aquelas que possuem patronímico italiano ou alemão, independente do momento da chegada ao Brasil.

Ao transcrever, em *Colonos e mineiros no Grande Orleans*, as chamadas Crônicas de Orleans – relatórios anuais escritos pelo diretor da colônia Etienne Stawiarski –, o clérigo apresentou vários levantamentos estatísticos de funções exercidas na colônia, como também recenseamentos. Nesses relatórios, as principais funções exercidas na colônia são desempenhadas por pessoas com sobrenomes luso-brasileiros, os quais ocupavam as funções de professores, de funileiro, de negociante, ou mesmo de proprietários de engenhos de farinha ou de cana-de-açúcar (DALL’ALBA, 1986).

De acordo com o recenseamento divulgado em 1897, viviam na Colônia Grão Pará: “2 140 brasileiros, 112 alemães, 2 espanhóis; 160 letões, 202 polacos, 22 austríacos, 2 franceses, 2 paraguaios, 3 holandeses, 8 ingleses, 450 italianos” (idem, ibidem, p. 43). Entre os brasileiros citados, podemos incluir os/as filhos/as dos imigrantes nascidos no país, visto que as famílias italianas chegaram entre os anos de 1882 e 1886, e as polonesas entre 1891 e 1892. Mesmo com a inclusão das crianças nascidas no contexto migratório, ainda assim há uma disparidade entre a presença brasileira e a dos demais grupos. Entretanto, ao longo do livro as famílias luso-brasileiras são subtraídas, e o discurso de pioneirismo vai se constituindo em torno do elemento alemão e, principalmente, italiano. Passagens como “já havia os brasileiros aqui, mas nós fomos os primeiros a chegar; já havia a igreja dos brasileiros, mas a nossa foi a primeira a ser construída”, dão o tom desse pioneirismo, marcado não por uma questão temporal, mas pela necessidade de cunhar um determinado lugar social e identitário.

Nesse intuito, ao longo do livro podemos observar a predominância de entrevistas realizadas com descendentes de italianos e alemães, enquanto as famílias luso-brasileiras possuem pouca representatividade. Justificando essa ausência, o clérigo argumenta que a população luso-brasileira, antes situada na parte central da cidade – enquanto os/as demais imigrantes estavam nas localidades do interior –, havia saído de Orleans e da região em busca de novas oportunidades. Essa constatação, bastante simplista e generalizante, seria para o autor a justificativa para a invisibilidade desse grupo.

Importante evidenciar que esse discurso também é resultado das tensões vivenciadas com a classe política do período, majoritariamente luso-brasileira, sediada nas cidades de Laguna, de Tubarão e de Araranguá, municípios do litoral sul catarinense. Essa elite política foi responsável por organizar, junto às empresas colonizadoras, a estrutura dos núcleos coloniais, como as estradas e os locais de comércio, e, ainda, em dado período, por decidirem os níveis de participação política dos imigrantes e de seus/suas descendentes, o que resultou em processos de emancipação bastante tensos entre as cidades-sede e suas áreas coloniais.

Segundo Zanelatto, três forças políticas disputavam o domínio da região nas primeiras décadas do século XX: “‘a força dos luso-brasileiros’, ‘a força dos imigrantes europeus’ e a ‘força do carvão’” (2012, p. 106). A primeira delas surgiu com a ocupação da região a partir da cidade de Laguna, fundada em 1678, ocupação que se desenvolveu por meio de sesmarias e usufruindo de mão de obra escrava. A elevação de Laguna a município contribuiu para a criação de outros dois municípios, Tubarão e Araranguá, sendo que nessas três cidades constituiu-se uma elite que exerceu o domínio socioeconômico-político-cultural na região quase de forma incontestada até a década de 1930 (ZANELATTO, 2012).

Já, a “força dos imigrantes europeus” teria se configurado a partir da chegada desses grupos ao sul catarinense em 1873. Ocupando a região por meio da demarcação de terras realizada tanto pelo governo quanto por empresas privadas, os imigrantes e seus descendentes constituíram colônias predominantemente rurais, formando uma elite constituída por cônsules, sacerdotes e, principalmente, comerciantes, “que disputavam o poder local entre si e na região enfrentavam o domínio exercido pelas elites luso-brasileiras” (idem, ibidem, p. 107).

A outra força política identificada pelo autor estaria relacionada com o setor carbonífero, que intensificou suas atividades em decorrência da Primeira Grande Guerra. O discurso de riqueza e progresso aventado em torno da exploração do carvão “atraiu não somente os interesses dos grupos da região, sejam eles lusos ou imigrantes, mas especialmente empresários de outros estados, bem como o governo federal, principalmente no pós-1930”. (ibidem, p. 107).

A essas disputas políticas somavam-se os períodos de intensa vigilância e fiscalização desempenhados pelos processos de nacionalização desenvolvidos na Primeira República e no Estado Novo, protagonizados por agentes repressores, fiscalizadores e políticos, que pautavam suas ações em discursos de brasilidade, fundamentalmente realizados por luso-brasileiros. Com as mudanças políticas e econômicas do pós-Segunda

Grande Guerra, os/as descendentes de imigrantes ampliaram suas atuações no campo político, iniciando um processo de silenciamento às perseguições vivenciadas durante os projetos de nacionalização. Após esse processo de silenciamento, e instigados pelas datas comemorativas que marcavam a chegada dos colonos europeus à região, criou-se – especialmente ao longo da década de 1970 – um momento de valorização étnico-identitário, cunhando outras narrativas sobre o passado das cidades sul catarinenses. Estabelecidos nos municípios do interior do estado, que tiveram um grande crescimento após as atividades de extração do carvão, as jovens cidades, agora dirigidas em grande parte pelos descendentes de imigrantes, buscaram meios de consolidarem suas narrativas e seus protagonismos.

Nesse processo, os antigos núcleos coloniais, organizados inicialmente em torno da agricultura, criaram distintivos com relação à região litorânea, revisitando o próprio termo *colono*. A palavra, que muitas vezes era mobilizada de modo pejorativo, passou a ser ressignificada nesse movimento, condensando “representações que remetem para o início de um processo de formulação de uma identidade que tem por fundamento a origem e, portanto, se posiciona social e culturalmente no campo da etnicidade” (NASCIMENTO, 2006, p. 72). *Colono* tornou-se sinônimo de *imigrante*, sendo o *colono/imigrante* símbolo do trabalho agrícola civilizador, dominador das matas e responsável pela ocupação dos territórios, trabalho que, segundo esse discurso, seria superior ao do elemento nacional.

A positivação do termo *colono*, promovida principalmente durante as comemorações dos centenários de imigração, seria mobilizada para todo descendente de europeus, sendo, portanto, distintivo em relação às populações locais, advindas de processos migratórios anteriores.

Dall’Alba emprega o termo nessa exata acepção, relacionando-o ainda com a palavra *pioneiro*. Evidentemente, o sacerdote não foi o único a instrumentalizar esses termos, mas, ao escrever, em fins dos anos de 1960, sua primeira obra e intitulá-la *Pioneiros nas terras dos condes*, o clérigo visava demarcar o pioneirismo dos imigrantes, da sua pesquisa e, por que não, dele próprio, ao mobilizar, pela primeira vez, os documentos que encontrou referentes à Colônia Grão-Pará.

Apesar de não ser descendente dos imigrantes europeus que se estabeleceram na região de Orleans, Dall’Alba, como descendente de italianos também, se coloca como tributário desse pioneirismo civilizador, levado a cabo por meio de seus projetos. Essa concepção de pioneirismo – que não está vinculada com o momento de chegada, mas com os valores difundidos – instigou o sacerdote a atribuir aos descendentes desses fluxos migratórios do século XIX o povoamento de diversas regiões do Brasil, “pois povoaram

sucessivamente o oeste catarinense, o Paraná, o Mato Grosso, e que na atual geração andam penetrando a fronteira amazônica, sempre em busca do ideal supremo do imigrante: as terras novas. É a História de todos os pioneiros” (MARZANO, 1985, p. 85).

A atemporalidade desse pioneirismo reforça o discurso de que as migrações europeias do sul do Brasil foram responsáveis pela difusão de noções civilizatórias e do “verdadeiro” catolicismo por todo o país. Em diversas obras, Dall’Alba enfatizou o papel da Igreja Católica visando distinguir o trabalho dos padres italianos e alemães das ações desenvolvidas pelos padres brasileiros, sempre alvos de intensas críticas.

Em *São Ludgero para o Brasil*, Dall’Alba (2005) dedica a obra aos padres missionários da Missão de Munster, estabelecidos no Vale do Braço do Norte, especialmente onde hoje se localiza a cidade de São Ludgero. Antes de narrar a presença dos padres alemães no estado, o autor descreve brevemente a história da Igreja Católica em Santa Catarina. Nesse exercício, seu propósito foi apresentar as dificuldades da instituição nos primeiros anos de colonização do país e destacar a falta de comprometimento desses sacerdotes ao longo dos séculos.

O autor salienta que a chegada da Igreja Católica a Santa Catarina ocorreu com o objetivo de auxiliar os imigrantes açorianos, sendo os padres enviados por Portugal em número pequeno e fixados especialmente no litoral. Já os jesuítas, em pequeno número, teriam perdido o élan missionário, abandonando o interesse pela parte espiritual, estando mais preocupados em cuidar dos filhos e tirar proveito da situação (DALL’ALBA, 2005). Para Dall’Alba, no século XIX, os padres brasileiros “em virtude de séculos de Padroado (Entrega dos Negócios Eclesiásticos ao Rei de Portugal e depois aos Imperadores do Brasil), tinham sido atingidos somente pelos Decretos Tridentinos, sendo ainda portadores de um catolicismo praticamente medieval” (DALL’ALBA, 2005, p. 29).

Esse catolicismo de características medievais é explicado, segundo Dall’Alba, pelas práticas do Placet e do Padroado. Por conta do Placet do Imperador, algumas decisões do papa não ressoavam em território brasileiro. A Proclamação da República, de acordo com o autor, colocou fim à opressão contra a Igreja, mas inaugurou um período de distanciamento entre o Estado e a instituição, o que também acarretou problemas para a Igreja Católica. Nesse novo momento, “a Igreja do Sul, anos depois, já tem seus sacerdotes nativos. Com o tempo implanta-se também, entre os nacionais, o Catolicismo orientado pelo Concílio de Trento. Aos poucos, com a nomeação de bispos sulinos até para as dioceses do extremo Norte, renova-se toda a Igreja do Brasil” (idem, ibidem, p. 42). Ao descrever o processo de implantação dos seminários no sul do estado, o autor enumera os sacerdotes e

as freiras provenientes das antigas colônias do sul catarinense, mapeando, assim, a atuação desses pelo Brasil.

Nessa breve descrição, aprofundada no livro sobre São Ludgero, Dall’Alba estabeleceu fronteiras para o catolicismo praticado no sul catarinense, antes e depois da chegada dos imigrantes, tendo sido, na visão do clérigo, os fluxos migratórios realizados no sul do Brasil os responsáveis pela difusão e implantação das transformações advindas do Concílio Vaticano I (1869-1870) em todo território nacional. Ao analisar aspectos da imigração italiana e do catolicismo nos fluxos migratórios direcionados ao Rio Grande do Sul, Luiz Fernando Beneduzi (2008, p. 22) destaca que

com o mesmo intuito que a Igreja incentivava a vinda de ordens religiosas ao Brasil, via com bons olhos a intensificação da imigração europeia, em especial italiana, visto que os recém-egressos traziam consigo a observância da nova política da Igreja Católica. A imigração, dessa forma, não só fornecia indivíduos possuidores das idéias “corretas” sobre a religião, como também uma grande reserva de pessoal para os seminários.

Ainda segundo o autor, a crise da Igreja no Brasil e a Restauração Católica transcorreram simultaneamente, interagindo entre si. Nesse processo, em que o Império brasileiro era substituído pela República, e a Igreja se separava do Estado, a religião procurava meios de reagir a essas transformações a partir de uma perspectiva conservadora, e “nessa conjuntura, a imigração italiana fornecerá uma contribuição às ideias ultramontanas” (BENEDUZI, 2008, p. 32).

Ao situar os processos migratórios catarinenses nesse conturbado período de transformações, Dall’Alba atribuiu às duas missões realizadas no sul do estado, de Turim e Munster, italiana e alemã, respectivamente, uma grande responsabilidade pela difusão da “verdadeira” fé católica para todo o Brasil. Sua afirmação estava sustentada no elevado número de clérigos e freiras descendentes de imigrantes, sendo os sacerdotes formados especialmente no seminário de São Ludgero.

Nesse sentido, Dall’Alba apresentava os contornos de um conceito de catolicismo que seria fundamental em sua construção discursiva e que ficaria claro em suas publicações, reverberando em museus e festividades ainda hoje. Esse catolicismo de bases étnicas seria também um elemento constituidor de distintivos étnicos/identitários, especialmente em relação aos luso-brasileiros, intitulados por Dall’Alba como nacionais.

Considerações finais

Pensando a partir do grupo intitulado por Dall’Alba como nacionais, percebemos que o clérigo reproduzia alguns temas de maneira recorrente, como a prática da tecelagem e a conivência/beneficiamento com o regime escravocrata brasileiro, posto que, ao entrevistar representantes desse grupo, sempre enfatizava o período escravagista, questionando a compra e a venda de pessoas escravizadas, a convivência cotidiana e, ainda, os reflexos da abolição, associando indiretamente o fracasso econômico de famílias portuguesas ao fim da escravidão. Nesse contexto, a inclusão, por vezes problemática, dos chamados nacionais poderia se justificar por duas razões. Primeiramente, a presença dos nacionais se tornaria fundamental para cunhar os contornos dos termos *imigração*, *colonização* e *pioneerismo*. As constantes comparações entre a migração dos nacionais (século XVII e XVIII) e dos demais grupos (exceto indígenas) visavam criar um contraste entre uma migração considerada fracassada e outra bem-sucedida. Nesse exercício, a distância temporal, os auxílios governamentais, a presença das empresas colonizadoras, a descoberta do carvão mineral, ou mesmo a legislação do período não foram levadas em conta no processo de contextualização desses diferentes fluxos migratórios.

A estrutura política/administrativa experienciada em fins do século XIX e início do XX marcou sobremaneira os deslocamentos realizados nesse período; no entanto, na percepção de Dall’Alba, essas migrações se tornaram bem-sucedidas única e exclusivamente pelas características inerentes de cada grupo étnico, que seriam próprias de seus lugares de origem. Nessa acepção, as palavras *imigração* e *colonização* se tornaram sinônimas dos movimentos ocorridos somente no final do século XIX, marcadamente realizados por italianos, alemães, poloneses e letos, sendo o resultado desses fluxos o surgimento de núcleos urbanos bem-sucedidos, já que estavam calcados em características europeias, o que também lhes garantiria a alcunha de pioneiros.

Já os nacionais ficaram atrelados à ideia de migração fracassada, de uma ocupação esparsa do território, marcada pela falta vontade política e, principalmente, pelo espírito pouco empreendedor dessa população, sendo a suposta pouca aptidão para a agricultura considerada uma falta grave. Quando a crítica não estava diretamente associada ao período de colonização luso-açoriana, era direcionada ao fracasso ou ao declínio de cidades tradicionalmente associadas a essa ocupação, como Tubarão e Laguna, considerada a “vovozinha cansada, que olha os filhos e netos [áreas de colonização] crescerem mais, muito mais que ela” (DALL’ALBA, 1979, p. 171). As críticas tecidas por Dall’Alba à população chamada por ele como portuguesa/luso-açorianos/nacionais já eram largamente debatidas

no Estado neste período. Apesar disso, a estrutura narrativa apresentada pelo religioso josefino seria primordial para o silenciamento ou, de certa forma, para o apagamento desse grupo na historiografia sul catarinense por anos a fio.

Para além da necessidade de comparações entre essas migrações, a presença dos nacionais também se fazia importante num contexto em que os efeitos das políticas de nacionalização ainda assombravam muitas memórias. Em plena ditadura militar, o emprego do termo *nacionais* aos considerados pelo sacerdote como portugueses e não *brasileiros* poderia evidenciar a necessidade de considerar todos os grupos, no caso, os descendentes de europeus, como brasileiros, evitando dissociar essas áreas de imigração de um discurso de identidade nacional, propagado no contexto da nacionalização e que, de certa forma, ainda reverberava no período ditatorial.

As questões em torno do emprego do termo *nacional* evidenciam a preocupação de Dall’Alba em nomear os diversos grupos que ocuparam o sul catarinense. O poder de nomear é instrumentalizado a partir da configuração de um discurso étnico, que, nesse caso, é relacionado também com a ideia de nação. Dessa forma, as identidades étnicas surgiram hifenizadas, como ítalo-brasileiro, teuto-brasileiro, sem nenhuma preocupação em problematizar os nacionalismos presentes nesses discursos. Os regionalismos e a diversidade linguística foram eliminados em nome de um nacionalismo homogêneo e unificador.

Estavam em disputa não somente a representatividade dos grupos nas publicações locais, mas o modo como seriam publicamente apresentados. Estar contemplado nas obras não significava uma construção igualitária entre os grupos, ou mesmo que esses seriam necessariamente positivados. Como vimos, em alguns casos a presença de certos grupos servia muito mais para destacar as características de outros do que necessariamente para cunhar uma identidade étnica, ou ainda serviam para a própria estigmatização do grupo.

Desse modo, desempenhando o papel de intelectual mediador, Dall’Alba pesquisou e escreveu suas obras em um momento propício para a revisitação e elaboração de narrativas sobre a trajetória dos imigrantes europeus em Santa Catarina, haja vista as proximidades dos centenários de comemoração. Momento ímpar para mobilizar determinados passados, afinal, como lembra Koselleck (2006), é o presente que pensa o passado e projeta o futuro. Nesse diálogo entre os interesses do passado, presente e do futuro, percebemos a relevância de contextualizar e analisar as formas como Dall’Alba mobilizou os conceitos que fundamentam suas obras. Os contornos dados aos conceitos marcam a multiplicidade temporal, assim como os lugares de circulação do clérigo e os

interesses religiosos, políticos, culturais presentes em seus livros que, ainda hoje, ressoam na região, fundamentando novos projetos.

Referências

- BENEDUZI, Luís Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DALL'ALBA. João Leonir. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Florianópolis: Edição do autor, 1986.
- DALL'ALBA. João Leonir. João Leonir. *Pioneiros nas terras dos condes*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1971.
- DALL'ALBA. João Leonir. João Leonir. *São Ludgero para o Brasil: Memórias do Pe. José Pereira Kunz*. Orleans: Febave, 2005.
- DALL'ALBA. João Leonir. João Leonir. *Laguna antes de 1880: Documentário*. Florianópolis: Lunardelli/Udesc, 1979.
- DALL'ALBA. João Leonir. *O Vale do Braço do Norte*. Orleans: Edição do autor, 1973.
- GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/reh/article/view/1945/1084>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Tradução Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.
- NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001.
- OTTO, Claricia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocellyne. *Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011.

SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso*: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. 1998. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ZANELATTO, João Henrique. *De olho no poder*: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EdiUnesc, 2012.

Submetido em: 25/08/2019

Aprovado em: 01/10/2019

Publicado: 15/12/2019

Notas

ⁱ Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. É docente do Departamento de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: michelegc@unesc.net

ⁱⁱ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Professor Associado (quadro permanente) da Universidade do Estado de Santa Catarina. - UDESC. E-mail: ecdcampos@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Segundo Claricia Otto (2006), a Missão de Turim decorre da ação de Dom José de Camargo Barros, que, visitando o bispado em Turim, solicitou o envio de sacerdotes para a Diocese de Curitiba, que abrangia os estados do Paraná e Santa Catarina. Entre 1897 e 1930, teriam composto essa missão 22 sacerdotes.

^{iv} A obra de Luigi Marzano foi novamente traduzida em 1991.